

INTRODUÇÃO

O artigo em questão busca analisar o processo de reapropriação simbólica do território da Serra dos Arrepiados, que atualmente recebe o nome oficial de Serra do Brigadeiro. Esta análise se faz pertinente na medida em que este processo busca retomar uma identidade invisibilizada por séculos de subalternização, que se iniciou no período colonial e ainda permanece na atualidade: a identidade Puri (Povo Originário cujos descendentes ainda permanecem na região a ser abordada no seguinte estudo). Embora seus descendentes estejam presentes em diversos lugares (principalmente na região que abarca o vale do rio Paraíba do Sul no estado do Rio de Janeiro à Zona da Mata do estado de Minas Gerais), no entorno da Serra dos Arrepiados encontram-se aqueles que iniciaram um processo de ressurgência de uma etnia com sua respectiva cultura dadas por extintas desde o séc. XIX.

Este processo de Ressurgência Puri se iniciou com a formação do Parque Nacional Serra do Brigadeiro- PESB, onde os atores locais estiveram bastante envolvidos, principalmente o Sindicato de Trabalhadores Rurais, apresentando uma postura ativa sobre as ações no seu território. Desde 1996, pode-se perceber, devido a um Diagnóstico Participativo para legalização do PESB, que a cultura Puri se fazia ainda presente e que vários de seus descendentes haviam mantido muitos aspectos culturais, e que num momento histórico menos hostil, viam a possibilidade de trazê-los à tona (BARBOSA, 2005). Em 2014 se formou o Movimento de Ressurgência Puri que une diversas pessoas, descendentes e não descendentes, presentes no estado Rio de Janeiro e em Minas Gerais com o objetivo de contestar seu desaparecimento e resgatar esta identidade que foi amplamente massacrada desde o período colonial. Com este processo de reemergência de uma etnia muitos saberes estão sendo reapropriados e muitas histórias reaparecendo, sendo estes boas fontes para a descolonização do pensamento presente na cultura e na sociedade da região.

O objetivo da reapropriação simbólica da Serra dos Arrepiados parte de sua história de usurpação e sua reivindicação de identidade, uma vez que a região das serras se constituiu como o último refugio dos Puris (também chamado de Arrepiados devido a seu modo de se ornamentar) contra o avanço colonial. Segundo Vitarelli (2005),

“A penetração dos colonizadores na Serra do Brigadeiro marcou o desaparecimento dos índios Arrepiados e Guarutos. O primeiro emissário do governo a inspecionar as divisas da Província de Minas Gerais, brigadeiro Bacelar, acabou apagando a única referência à presença indígena na região. Extasiado com a beleza do lugar, rebatizou o Rio Guarutos² e a serra: o rio passou a se chamar Glória e a serra, Brigadeiro.”

Ao resgatar o nome original da serra traz-se à tona todo conflito territorial e cultural iniciado após o domínio colonial e que reverbera ainda hoje. Apontam-se matrizes de racionalidades opostas em que as concepções sobre território são contrárias e conflitantes. Segundo Haesbaert (2005), o território é tanto funcional quanto simbólico, porém afirma que os grupos hegemônicos tendem a exacerbar seu lado funcional, como fonte de matéria-prima e demais recursos para seus interesses imediatos. Enquanto os grupos hegemonzados tendem a estabelecer relações com o território de

² Também conhecidos como Guarulhos, há registros de sua passagem na Zona da Mata mineira (OLIVEIRA, 2001).

forma que sua funcionalidade (recurso, abrigo, fonte material de reprodução social) e seu simbolismo (relação que se forma com o espaço vivido que se torna fonte de formação de identidade do grupo) possuam pesos equivalentes. Deste modo “o território, neste caso, não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser” (HAESBAERT, 2005). Utilizar o topônimo Serra dos Arrepiados faz emergir uma territorialidade indígena que faz parte de um “processo de construção político-identitário em que as práticas discursivas cumprem um papel relevante de descolonização do pensamento” (PORTO-GONÇALVES, 2009).

ÁREA DE ESTUDO

A Serra dos Arrepiados está situada na Mesorregião da Zona da Mata do estado de Minas Gerais, Brasil. Localizada na região leste do estado de Minas Gerais a Zona da Mata Mineira ocupa, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2000), cerca de 6,1% da superfície total do estado. Possui 142 municípios e uma população de 2.017.728 habitantes. Por volta de 70, 23% de suas cidades possuem menos de 10.000 habitantes. Abarca uma superfície de 35.748,7 mil Km², e situa-se, aproximadamente, entre 42°30” e 44°10” oeste e entre 20°08” e 22°08” sul. Localiza-se a sudoeste do estado fazendo divisa com o estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo em sua fronteira leste. A vegetação predominante é a Mata Atlântica, onde predomina a floresta ombrófila estacional semidecidual (IBGE, 2004), e seu relevo bastante dissecado é denominado por Mar de Morros.

A Zona da Mata mineira tem uma forte influência da formação Serra da Mantiqueira, e em menor escala do vale do Paraíba do Sul. Na região da Serra dos Arrepiados, porção norte desta região foi criado o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), em 1996, por meio do decreto 38.319. Este ocupa parte dos municípios de Fervedouro, Ervália, Araponga, Pedra Bonita, Muriaé, Divino, Sericita e Miradouro. O parque situa-se entre os meridianos 42° 40’ e 40° 20’ Oeste e os paralelos 20° 33’ e 21° 00’ Sul (Plano de Manejo Parque Estadual Serra do Brigadeiro, 2007). Deste modo, a Serra dos Arrepiados contempla uma área maior do que o PESB, pois abrange as regiões da serra que são ocupadas pelos habitantes da região. A princípio seria estipulada uma cota acima de 1000 metros para estabelecer os limites do Parque, mas com a mobilização da população e Sindicato dos Trabalhadores Rurais da região (especificamente do município de Araponga), a unidade de conservação se limitou às áreas de floresta preservada (BARBOSA, 2005). Nas regiões que circundam o parque há atividades de agricultores familiares, principalmente voltados para o plantio de café e criação de gado, atividades de aporte turístico devido à presença do parque e suas inúmeras cachoeiras e também atividades mineradoras, localizadas nas áreas próximas à região do município de Muriaé.

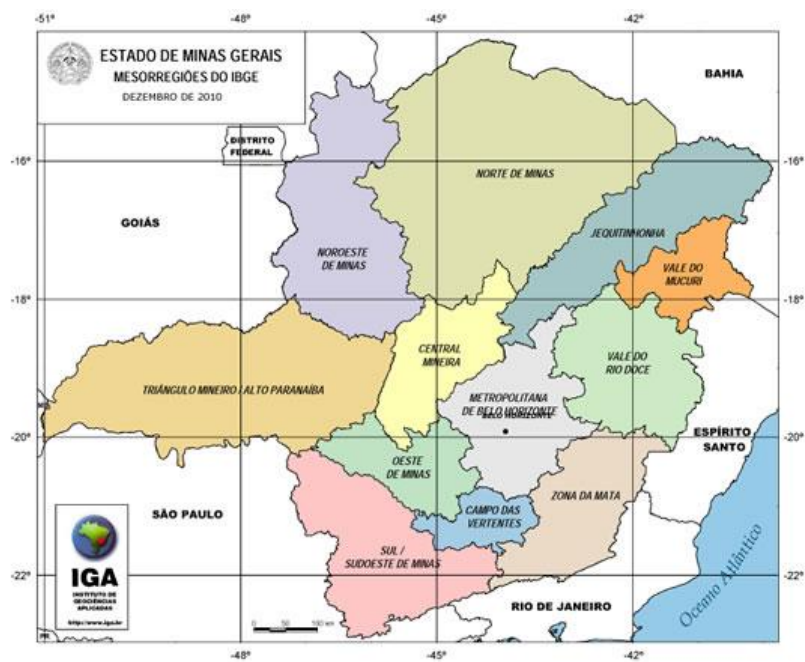


Figura 1- Mesorregiões do estado e Minas Gerais.

Fonte: <http://suburbanodigital.blogspot.com.br/2012/08/zona-da-mata-minas-gerais.html>

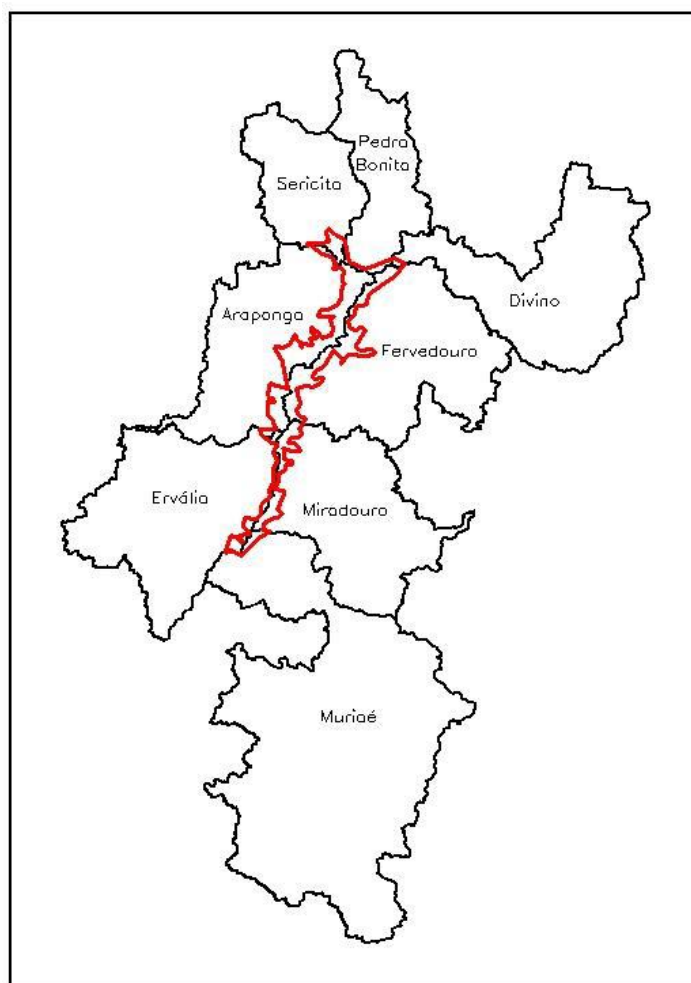


Figura 2- Municípios cuja porção do território é parte do PESB (Parque demarcado em vermelho).
Fonte: VITARELLI, 2005, p.41.

HISTÓRICO

O estado de Minas Gerais em meados do séc. XVII, período de domínio português, configurava a Capitania de Minas Gerais, que neste contexto, se apresentou como polo econômico da colônia devido à descoberta de ouro em seu território. Assim, o ouro era extraído da região mais central da capitania e enviado até o porto de Parati (Capitania do Rio de Janeiro) para ser levado à metrópole portuguesa. A porção leste do território da capitania foi tratada pela Coroa como fronteira, área que servia de contenção aos extravios do ouro. Deste modo, sua ocupação não foi estimulada, porém houve diferentes focos de ocupação que driblaram as imposições da coroa.

Segundo Carneiro (2008),

“No leste da capitania mineira, onde se insere a atual região da Zona da Mata e parte do Vale do Rio Doce, as faixas orientais das Comarcas de Vila Rica e do Rio das Mortes formavam um espaço genericamente conhecido como “áreas proibidas” ou “sertões do leste”.”.

“A construção mental da Mata como fronteira ainda sob domínio da natureza, do “gentio” ou de feras, notável na cartografia da época, pode ter sido um dos principais entraves a dificultar ou até mesmo, retardar o povoamento, como de fato aconteceu em algumas áreas, mas não a barrar o avanço e a ocupação. A visão de um mundo desconhecido entre os colonizadores criou o fascínio pela riqueza fácil e imediata e seduziu aventureiros ávidos ao deslocamento da fronteira.”.

Com a abertura do Caminho Novo que ligava a região aurífera ao porto da cidade do Rio de Janeiro, o número de pousos, ranchos para abastecimento e roças, principalmente nos vales do Rio Pomba e Rio Doce, segundo Carneiro (2008), cresceu apresentando um número bastante expressivo. Em fins do séc. XVIII e início do XIX a região aurífera apresentou sinais de esgotamento e a produção cafeeira no vale do Paraíba começa apresentar expansão da sua produção, atraindo a população das minas. Com o declínio da produção aurífera a Coroa Portuguesa não apresentou mais impedimentos à ocupação da Zona da Mata mineira, que passou a ser ocupada com mais vigor neste período. Todo o processo de colonização brasileiro foi marcado pela usurpação de recursos naturais, pelo genocídio e epistemicídio, e este contexto não foi diferente.

Apresentando formas de apropriação do território bastante distintas os Povos Originários ocuparam o atual estado de Minas Gerais antes da chegada dos primeiros bandeirantes às áreas dos sertões. Segundo Oliveira (2001), diferentes grupos se deslocaram pela região devido às suas atividades de caça, pesca e coleta para subsistência, além de buscarem referenciais simbólicos próprios de suas respectivas tradições.

“Para os limites geográficos do que se conhece hoje por Zona da Mata Mineira, nas fontes tanto primárias quanto secundárias, sobressaem as notícias a respeito

dos grupos que se assentavam pelas margens dos Rios Pomba, Paraibuna, Muriaé e Xipotó. Os mais citados são, no entanto, os Puri, os Coroado (ou Croato) e os Coropó (Cropó). Estes seriam, supostamente, descendentes de grupos Goitacá que migraram do litoral fluminense, região de Campos e São Fidélis, para a Mata Mineira. Tal origem comum foi sugerida pelos cronistas, com base em alguns aspectos semelhantes identificados entre os integrantes dos diferentes assentamentos, como as características físicas e, principalmente, linguísticas. Os Coropó teriam sido os primeiros a se deslocarem, ocupando o Vale do Rio Pomba. Mais tarde vieram os Coroado e os Puri, grupos comumente descritos como guerreiros e inimigos, que ocuparam toda a região. Além dos três grupos mais conhecidos, outros muitos são mencionados por seus assentamentos passageiros ou permanentes. São estes os Abaíba e os Botocudo, (...) como os Guarulho que passaram pelos rios Pomba e Muriaé. Ainda habitando as margens do Rio Pomba, encontravam-se os Caramonã, os Puriçu, também conhecidos como “Puris Grandes”, e os Tamoio que teriam migrado para a região em número reduzido. Pelas margens do Rio Paraibuna estavam os Miriti, que mantinham ligações com os Puri do Rio Pomba. Os grupos dos Arari ou Araci são citados como moradores da extensa área que vai da Serra de Ibitipoca até a região do atual município de Barbacena. Por fim, um pequeno grupo Carijó teria migrado para a região de Conselheiro Lafaiete, os quais foram expulsos pelos desbravadores do século dezesseis.”(OLIVEIRA,2001)

Deste modo, podemos observar que os Povos Originários, antes da invasão portuguesa nesta região, estabeleciam relações territoriais, que se baseavam na sua apropriação física (território como recurso e abrigo) e simbólica, porém não eram mutuamente excludentes (PORTO-GONÇALVES, 2009). Embora houvesse conflitos entre etnias consideradas inimigas a relação com o meio físico, a natureza se dava a partir do ponto de vista da apropriação e não da propriedade, considerando que estes povos possuíam uma cultura nômade.

Vindos da capitania do Rio de Janeiro, do vale do rio Paraíba do Sul, fugidos da ação colonizadora iniciada nesta área no séc. XVI, Puris, Coroados e Coropós, a partir do afluente Rio Pomba, passam a adentrar os “os Sertões do Leste”. Porém, segundo Oliveira (2001), com a posterior fixação do colonizador nestas áreas e a consequente imposição dos modos de vida europeus, a maior parte da população nativa ficou submetida a uma forte dominação que cerceou sua liberdade em se deslocar pelo território, sendo fixados em aldeamentos, em locais pré-estabelecidos. Estes aldeamentos (também denominados reduções) geraram profundas alterações nos modos de vida e reprodução cultural, bem como sucumbiram a maior parte destes povos à catequização e trabalho compulsório. Segundo Aguiar (2010) a palavra “redução” possui um significado importante, pois foi criado a partir das missões jesuíticas dos séc. XVI e XVII, e se materializou na diminuição expressiva do espaço de vivência dos Povos Originários, restringindo-os

a uma estreita porção de terra, fragmentados em famílias nucleares, forçando-os a se adaptar a padrões contrários a suas tradições baseadas em valores comunitários e na ideia de aldeia.

O primeiro aldeamento na Zona da Mata mineira se deu em 1767, nas áreas da bacia do Rio Pomba, com a chegada do padre Manoel de Jesus Maria à região. Chamando São Manoel do Pomba, este aldeamento deu origem à cidade de Rio Pomba. Diversos outros aldeamentos foram construídos na região, também com objetivo de desarticular a cultura e adaptá-los á servidão, são exemplos: São João Batista do Presídio (Visconde do Rio Branco), Guarapiranga (Piranga), Cágado (Mar de Espanha), Feijão Cru (Leopoldina), São Paulo de Manuel Burgo (Muriaé) e São Sebastião das Almas (Ponte Nova). O Povo Originário Coropó ficou aldeado em São Manuel do Pomba, o povo Coroado em São Batista do Presídio e os Puris em São Paulo do Manuel Burgo (AGUIAR, 2010) e (CARNEIRO,2008). Muitos se adaptaram à sociedade colonial, como forma de resistência pessoal, seguiam na sociedade colonial como mestiços pressionados pela pauperização, exploração e discriminação étnica. Muitos não se adaptaram, resistindo de diferentes formas: produzindo somente o necessário de forma a não formar excedentes, buscando a coleta em vez da produção, travando intensas batalhas contra a Coroa Portuguesa e, muitas vezes, aproveitando de seu conhecimento ancestral sobre o ambiente o qual estava inserido para travar fugas.

As reduções também contribuíram fortemente para a usurpação da terra que passaram a serem transferidas para os portugueses.

“O restante do território seria ocupado por “gente civilizada” em busca de sobrevivência, dado em prêmio aos gentis homens da corte ou ofertado a algum plebeu digno de nota por seus esforços ou posses. Para estes últimos, uma vez recebida a terra, os índios passavam a representar o maior e mais incômodo obstáculo.” (AGUIAR, 2010).

Os conflitos pelas posses de terras se apresentaram onipresentes nesta região, neste contexto colonial. No embate para expandir os domínios coloniais foram travados conflitos armados bem como demais estratégias de dizimação da população originárias. Oliveira (2001) citando Freyre (1892:117) aponta para o fato que ocorreu neste período na cidade de São João Del Rey, onde cerca de trezentos Puris foram levados devido às promessas de terras e melhores condições de vida, porém parte deles foi escravizada (incluindo mulheres e crianças) e aqueles que fugiram foram capturados e mortos. As estratégias de dizimação também incluíam a disseminação de epidemias as quais os povos não possuíam resistência, como o caso da grande mortandade na redução de Feijão-Cru (terceira década do séc. XIX) devido ao sarampo, gerado pela implantação de vestes contaminadas na área.

Aqueles Povos Originários que sobreviveram ao massacre se viram inseridos na sociedade coloniais sufocados pela cultura europeia, guardando dentro de si sua tradição, cultura, conhecimentos e crenças. No fim do séc. XIX os povos Puris foram dados como dizimados, mas no séc. XX, nos arredores da Serra dos Arrepiados seus descendentes fazem aflorar novamente sua cultura demonstrando que ela permanece viva.

OS PURIS E O PARQUE ESTADUAL SERRA DO BRIGADEIRO

Segundo Barbosa (2005), em 1996 o governo estadual decretou a criação do Parque Estadual Serra do Brigadeiro, no qual sua extensão abrangeria algumas propriedades dos municípios no entorno da serra. Devido à ampla participação popular, principalmente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a coletividade local conquistou uma inovadora delimitação do território do parque de modo que os moradores não necessitassem ser desapropriados. Esse processo se

apresentou como um dos mais participativos no país. Esta participação ativa remonta às ações de compra conjunta de terras e às atividades das CEBS (Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica), iniciadas na década de 70 na região. Segundo Campos e Mendes (2011) a Conquista de Terras em Conjunto surgiu a partir da família dos irmãos Lopes entre 1977 e 1978. Estes autores apontam que:

“O surgimento das CEBS insere-se em um contexto de questionamentos internos e pela opção de abertura por parte da Igreja católica a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965) e pelas transformações que passa a sociedade civil na América Latina. Em algumas regiões no Brasil, as CEBS foram de fundamental importância para a construção de bases sólidas de solidariedade e de politização das discussões sobre a realidade de cada comunidade. As CEBS conseguiram aglutinar pessoas em torno de um ideal comum: a reflexão sobre seus problemas, tendo como motivação final a esperança de melhores condições de vida. (...) A disseminação e expansão das CEBS foi maior nas áreas rurais do que nas áreas urbanas e de periferia. De acordo com Almeida (2000), dados divulgados pela CNBB em 1974 apontam que 53% dos seus membros se encontravam nas áreas rurais. Alguns estudos sobre a formação dos sindicatos de trabalhadores rurais e sobre os movimentos sociais no campo apontam para a importância da atuação da Igreja com os trabalhadores rurais, primeiro de modo difuso e mais tarde pela atuação da CPT e das CEBS, politizando suas lideranças e conduzindo-os a um maior envolvimento nas próprias comunidades (...).”

A formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araçuaia bem como a Conquista de Terras em Conjunto fora do âmbito familiar se deu a partir da atuação intensa da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das CEBS. Deste modo a experiência de aquisição de terras obteve sucesso por ampliar as redes de relações locais bem como reforçar as pré-existentes, além de trazer os próprios agricultores como protagonistas de sua própria história. Além disso, a atuação das CEBS deixou um legado de reflexão, lutas e participação ativa das comunidades locais que conquistaram outras vitórias sobre os destinos de seu território.

Neste contexto de lutas e conquistas, partindo da ação efetiva dos atores locais, foi percebida, principalmente ao longo da aplicação do Diagnóstico Participativo para criação do parque, a ressurgência de uma cultura, de um pertencimento que já havia considerado dizimado. A cultura Puri reaparece nas falas de seus descendentes que recuperam com orgulho toda uma herança há tempos silenciada. Conforme Barbosa (2005),

“Surgiu, então, a emergência do inesperado, daquilo que nem era considerado meramente um resto de uma cultura já morta. Na realidade, as Serras, ao virarem PARQUE, geraram uma relação significativa que rearticulou outras e se rearticulou com outras. Ou seja, a conversão das Serras em PARQUE fortaleceu a inversão de uma lógica histórica e alargou

possibilidades alternativas contra-hegemônicas insuspeitadas. Muito embora outras dimensões da inteligibilidade gerada sejam tão ou mais importantes, especificamos, por exemplo: ser Puri facilita a retomada de uma relação arcaica com a natureza, o que fortalece a tessitura agroecológica. Ser Puri manifesta, mais uma vez, a resistência de uma etnia de agricultor@s familiares diante de novo susto de desagregação social com a possível desapropriação de terras”.

Antes mesmo do processo de criação do parque, o Senhor Fizim e sua mãe Dona Lilia (falecidos na déc. de 90), defendiam suas raízes indígenas, de modo que o filho foi eleito representante dos povos indígenas no contexto do IX Encontro Interclesial das Comunidades de Base da Igreja Católica (Barbosa, 2005). Porém somente após a movimentação popular entorno da configuração do parque esta ressurgência cultural obteve maior dimensão.

“(...) a reivindicação da identidade Puri se coloca como demarcação de uma diferença cultural: 1) como uma insatisfação colonial; 2) como um lugar imaginário de liberdade e de luta; 3) como amor pela terra; e, 4) interesse pelos alimentos e remédios do mato. E também, 5) enquanto agência, como um horizonte de futuro, hoje realizável através do resiliente empenho agroecológico em seu desenho ambiental local.” (BARBOSA, 2005).

Assim, os descendentes Puris procuram uma nova territorialidade, uma forma de apropriação do espaço que retome valores ancestrais, uma territorialidade indígena que permita uma relação diferente com seu meio (que defira do uso exacerbado do território enquanto recurso com viés claramente colonial). Neste contexto muitos agricultores buscam implantar sistemas regenerativos agroecológicos como meio de resgatar os saberes populares, criando condições para a emergência de diferentes formas de conhecimento baseadas em diferentes matrizes de racionalidade, além de oporem às novas formas de colonização baseadas no receituário do agronegócio ligado diretamente às transnacionais.

Já o Movimento de Ressurgência Puri se institucionaliza em 2003, unindo descendentes da Zona da Mata mineira e do estado do Rio de Janeiro. Este movimento busca articular seus descendentes e colaboradores para reconstrução desta identidade, fortalecendo as trocas de conhecimentos e fomentando a localização de parentes. O movimento também trás a tona a língua Puri abordando um grande léxico cultural de grande importância à recuperação de sua identidade.

ABYA YALA, POVOS ORIGINÁRIOS E SERRA DOS ARREPIADOS

Embora haja grandes contradições entre os relatos e estudos historiográficos sobre os Povos Originários da Zona da Mata mineira há certo consenso em relação às denominações das etnias. Geralmente as etnias são denominadas não por palavras às quais se autodenominam, mas por termos exteriores ao seu grupo. Viajantes e estudiosos, em seus relatos, apresentam termos aplicados por eles mesmos, por etnias inimigas ou por sua referência mais comum entre a população. O termo Puri, que significa “audaz, bravio, bandido”, era utilizado para hostilizar o povo Coroado (etnia inimiga), bem como também recebia o termo como forma de desclassificação pela

tribo rival. Segundo Oliveira (2001) citando Métraux (1946:523) o grupo Puri se dividia em três subgrupos: os Sabonan, os Uambori e os Xamixuna. Também eram conhecidos pelos colonos e demais povos da região como Arrepiados devido aos seus adornos e forma como ornamentavam seus cabelos.

Neste período de ressurgência cultural e política os descendentes Puris abraçam seu nome, atribuído por outros, trazendo uma fonte de unidade, identidade e luta. A respeito desta apropriação e reinvenção do termo exterior, fazendo-o como parte de sua identidade podemos citar a fala de Fausto Reinaga, ativista Aymara da déc. de 60. Citado por Porto-Gonçalves (2009),

“Danem-se eu não sou um índio, sou um aymara. Mas você me fez um índio e como um índio lutarei pela libertação”

Dessa mesma forma se vê a identificação dos descendentes Puris com o termo Arrepiados, uma vez que a partir de um termo gerado em épocas coloniais este povo retoma uma territorialidade indígena, uma apropriação territorial que remonta a época pré colonial, e que desta forma contesta, na atualidade o caráter das territorialidades hegemônicas. Porto-Gonçalves (2009) atenta para o fato de que dar nome a algo é um modo de apropriar-se do mesmo.

“É tornar próprio um espaço pelo nome que se atribui aos rios, às montanhas, aos bosques, aos lagos, aos animais, às plantas e por esse meio um grupo social se constitui como tal, constituindo seus mundos de vida, seus mundos de significação e tornando seu um espaço – um território.”

Assim, retomar o nome da serra se configura numa reapropriação de um território anteriormente usurpado, nos âmbitos físicos e simbólicos, uma vez que o processo colonizador não só dizimou um povo, mas apagou seus referenciais simbólicos da paisagem.

As lutas dos Povos Originários na contemporaneidade giram em torno do território e não mais apenas pela terra. Isso se dá porque o território não se configura apenas nos recursos materiais necessários à reprodução de uma sociedade, mas também no seu caráter simbólico, identitário e político. Deste modo, percebendo o caráter territorializador da linguagem diferentes organizações e movimentos sociais indígenas passaram a adotar o termo Abya Yala em detrimento à América. Abya Yala significa “Terra viva, madura ou em florescimento”, na língua do povo Kuna que habita a costa caribenha do Panamá, na Comarca de Kuna Yala. Sua língua foi escolhida, pois seu povo foi o pioneiro neste novo ciclo de lutas em busca de seu território, gerando um sentimento de pertencimento, unidade e novos horizontes de conquistas, além de apresentarem a apropriação de um território marcado por grandes usurpações.

O termo Povos Originários também parte de uma opção pela autodenominação que, embora cada povo tenha sua própria forma de se autodesignar, a expressão busca a unidade contra a generalização eurocêntrica a partir da colonização do continente.

Deste modo, em diferentes escalas, a linguagem se territorializa, e neste contexto de busca da descolonização do saber e do poder, aponta para outro sujeito enunciador do discurso (PORTO-GONÇALVES, 2009), que foi, e luta para não continuar sendo subalternizado político, econômico e socialmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de r-existência³ Puri ao longo dos tempos nos aproxima das tensões de territorialidade distintas e de poderes bastante discrepantes. A Conquista Conjunta de Terras colaborada pela articulação das comunidades iniciada pelas CEBS e sua herança de lutas sobre o território apontam para uma territorialidade não hegemônica pautada em aportes não coloniais. A atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais contra a desapropriação de agricultores na região das serras também demonstra a luta pela descolonialidade das instituições contemporâneas. Porto-Gonçalves (2009) cita uma fala no discurso de posse do presidente boliviano Evo Morales, no qual afirma que “*é preciso descolonizar o estado*”. Compreendemos que além do estado, é preciso também descolonizar o território, a cultura, saber técnico e demais vertentes de conhecimento, indo contra seu caráter ainda eurocêntrico.

A reapropriação simbólica das Serra dos Arrepiados trás a história do povo Puri marcando novamente a paisagem da região, apontando o posicionamento ativo de seus descendentes em relação ao seu poder político e identitário de luta por uma gestão autônoma de seu território.

Tanto no Brasil, quanto noutros países de Abya Yala o processo de tensões de territorialidades continua intenso, e suas perdas materiais e simbólicas ainda são imensas. Deste modo é de suma importância a articulação e o empoderamento dos povos e grupos sociais subalternizados pelo sistema-mundo moderno-colonial.

Não pretendemos esgotar aqui as discussões a cerca dos conflitos e tensões entre territorialidades opostas que são materializadas no território, que se iniciaram como a invasão de Abya Yala e se perpetuam até a atualidade, apenas propusemos uma breve reflexão sobre a ressurgência cultural e material de um povo subalternizado ao longo dos séculos propondo um recorte regional bastante específico. Para tanto, encerro minha considerações finais com a “*Jornada do Fogo Eterno*” como forma de mito de origem Puri, proposto por Barbosa (2005),

“Em meio ao ensurdecido e contínuo ruído de uma densa e sombria floresta tropical... o sol avermelhado já se põe e a luz do dia é tímida. Anunciando uma profunda escuridão, acompanhada dos perigos da noite, baixa uma intensa névoa fria e úmida, crescem os sons característicos dos animais de hábitos noturnos e invadem os fortes odores de flores que se abrem aos insetos e da decomposição da matéria orgânica 'morta'. Um grupo de pessoas semi nuas — as crianças nos colos, nas costas ou caminhando atrás do cortejo, os homens armados à frente, e as mulheres, estas cobertas por tecidos de algodão em tons escuros da cabeça aos pés, carregadas de quinquilharias — encontra um lajedo em pedra com água corrente nas proximidades. Começam a depositar toda a tralha que carregavam na jornada, rapidamente constroem coberturas de palmeiras e folhas largas e assentam-se ou deitam-se em posição de descanso. Parece que estão mudando de território, ou talvez estejam em fuga! Uma dessas pessoas procura um recanto com pedras soltas que são rapidamente reunidas formando uma concavidade protegida e que protege. Neste local são depositados alguns gravetos e folhas secas retirados de

³ (PORTO-GONÇALVES, 2006).

uma bolsa tecida em algodão cru, junta-se a esse material inflamável um tição em brasa que estava sob a atenciosa responsabilidade de uma jovem mulher. Sopra-se e abana-se insistentemente até que ressurja a primeira chama que crescerá em labaredas formando a fogueira do fogo eterno do Rio Branco. Os olhares e as respirações estão aliviados e orgulhosos: mais uma difícil jornada entre trilhas e grotas e a missão continua sendo cumprida. Afinal, mais uma vez, a noite chega e o audacioso povo Puri tem seu próprio calor, luz, alimento e cuidados para se refazer das longas caminhadas. Infindáveis, e já seculares, têm sido as travessias através de trilhas encostadas às matas das Serras. As pessoas do povo Puri, sobreviventes do massacre colonial, do grupo étnico-familiar ao qual pertencem as trisavôs do Dona Lilia Teotônia chegam — depois de entenderem um pouco mais do mundo dos brancos e dos negros, e com eles virem se misturando — aos pés da Pedra Redonda, local escolhido para fincarem suas raízes... afagos, risos e narração de histórias sob as estrelas embalam as conversas até que o sono, e o trabalho, possibilitem sonhos e realizações em defesa da vida e do meto ambiente. Ali, naquelas Serras, as pessoas se revezam continuamente para manter acesas as chamas daquele fogo eterno. O fogo da cultura Puri ainda crepita vivo pelas Serras da Zona da Mata mineira!”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, José Otávio. **Quem eram os índios Puri-Coroado da Mata Central de Minas Gerais no início dos oitocentos? Contribuições dos relatos de Eschwege e Freyreiss para uma polêmica (1813-1836)**. Revista Mosaico, v.4, n.2, p. 197-211. Jul/dez.2010.

BARBOSA, Willer Araújo. **Cultura Puri e Educação Popular no município de Araponga/MG: Duzentos anos de solidão em defesa da vida e do meio-ambiente**. Florianópolis, Santa Catarina, setembro, 2005. 236 p

CAMPOS, Ana Paula Teixeira, e MENDES, Fábio Faria. **Redes sociais, Comunidades Eclesiais de Base e Sindicalismo Rural. Experiência da conquista de terras em conjunto entre agricultores familiares da Zona da Mata mineira**. Revista do Centro de Estudos Rurais – RURIS. volume 5 , número 2, setembro 2011.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e Povoamento de uma Fronteira: a formação Regional da Zona da Mata do Leste da Capitania de Minas Gerais, 1694-1835**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. 295 p.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidades**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Setembro, 2004.

OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures. **Etnohistória como arcabouço contextual para pesquisas arqueológicas na Zona da Mata mineira**. 2001.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidades**. Revista Latinoamericana: Enciclopédia Contemporânea da América Latina e Caribe. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 20, p. 25-30, jul./dez. 2009. Editora UFPR.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha**. In: Os desafios das emancipações em um contexto militarizado. Ceceña, Ana Esther. CLACSO, Conselho Latino Americano de Ciências Sociais, Buenos Aires, Argentina. 2006.

VITARELLI, Camila Costa. **A concepção de desenvolvimento sustentável na atuação de ONGs no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, MG**. Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2005. 41p.

Plano de Manejo do Parque Estadual Serra do Brigadeiro. Encarte 1- Diagnóstico do Parque. Belo Horizonte, Minas Gerais. Outubro, 2007.

<http://www.mg.gov.br/governomg/portal/c/governomg/conheca-minas/geografia/5669-localizacao-geografica/69547-mesorregioes-e-microrregioes-ibge/5146/5044>

Acessado em 29/01/2015

<http://suburbanodigital.blogspot.com.br/2012/08/zona-da-mata-minas-gerais.html>

Acessado em 29/01/2015

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomashtml.shtm>

Acessado em 29/01/2015